



AS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS REEXAMINADAS: POLÍTICAS PÚBLICAS REDISTRIBUTIVAS

Cleide Calgaro¹

Agostinho Oli Koppe Pereira²

Resumo: Esta investigação tem por objetivo analisar o quadro lógico da desigualdade social e da pobreza, no sentido de identificar o porquê da manutenção desse quadro social. Além disso, pretende-se buscar possíveis soluções que possam diminuir as desigualdades sociais e, conseqüentemente, o nível de pobreza na sociedade brasileira. O método utilizado é o analítico, tendo como autor de base Marcelo Medeiros, entre outros. Conclui-se que o Brasil é um país com desigualdades sociais, mas pode haver uma solução que se dá através da redistribuição de riquezas feitas por políticas públicas.

Palavras-Chave: atores sociais e políticas públicas; desigualdade; Estado; pobreza; riqueza;

Abstract: This research aims to analyze the logical framework of social inequality and poverty, to identify why the maintenance of this social framework. In addition, we intend to seek possible solutions that can reduce the social inequalities and, consequently, the level of poverty in the Brazilian society. The method used is the analytical, taking as basic author Marcelo Medeiros, among others. Concluded that Brazil is a country with social inequalities, but there may be a solution that takes place through the redistribution of wealth made by public policies.

Keywords: social actors and public policy; inequality; State; poverty; wealth;

INTRODUÇÃO

No presente trabalho procura-se investigar a concentração de renda em nossa sociedade, visualizando esta como a mola propulsora das desigualdades e da pobreza no Brasil.

¹ Doutora em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Pós-Doutorado em Filosofia e Pós-Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Doutoranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz - UNISC. Mestre em Direito e em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul - UCS. É professora do Curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa "Metamorfose Jurídica". CV: <http://lattes.cnpq.br/8547639191475261>. E-mail: ccalgaro@ucs.br

² Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Pós-Doutorando em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco UFPE. Professor e pesquisador no Mestrado e na Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul. Coordenador do Grupo de Pesquisa "Metamorfose Jurídica". CV: <http://lattes.cnpq.br/5863337218571012>. E-mail: Agostinho.koppe@gmail.com

O sistema econômico adotado no Brasil segue as linhas do capitalismo. Dentro deste adotou-se os parâmetros liberais que, naturalmente, se estenderam para os parâmetros neoliberais.

A concentração econômica teve seu primeiro viés na área rural, já nas capitâneas hereditárias que possibilitaram o endereçamento do cultivo para a busca do lucro, sem a preocupação com a busca de uma harmonia que originasse condições de vida para a população em geral.

Nesse modelo concentrador de renda se desenvolveram as políticas: da exploração de borracha e da madeira; do cultivo da cana de açúcar, do café, do milho e da soja; da criação de gado. No mesmo diapasão se desenvolveu a precária indústria brasileira.

Com esse mapa desenhado, seria impossível ter-se uma harmonia no que se refere a distribuição de renda. Criou-se uma elite minoritária, mas abastada que concentra as benesses da oitava economia do mundo e uma maioria empobrecida que relata uma população sem condições de desenvolver-se socialmente, ao lado de uma pseudo classe média que luta para não cair aos patamares da pobreza.

Sobre esses aspectos pode-se afirmar que existe uma extensa literatura, incluindo o autor Marcelo Medeiros, acerca de estudos sobre a classe pobre no Brasil, mas, no que tange ao estudo da classe rica no Brasil e no mundo a quantidade de literatura e de estudos é bastante limitada.

Vê-se que no Brasil há a estreita relação entre desigualdade e pobreza e da mesma forma entre desigualdade e riqueza. Em resumo, pretende-se mostrar a relevância da redução da desigualdade para a melhoria das condições de vida da população brasileira e, isso poderá acontecer através da redistribuição de riquezas feitas por políticas públicas.

Neste artigo aborda-se, no primeiro momento, a desigualdade social no Estado Brasileiro aprofundando os estudos de algumas diversas hipóteses que levam às causas desse problema. Após, procura-se abarcar para esse estudo as possíveis soluções para dirimir o problema exposto.

1 A DESIGUALDADE SOCIAL: RIQUEZA VERSUS POBREZA

No Brasil, existe uma estreita relação entre desigualdade e pobreza, e, da mesma forma entre desigualdade social e riqueza, pois existe a possibilidade de se transferir para os pobres uma parte dos recursos dos ricos, o que acarretaria uma possibilidade de se erradicar a pobreza, pois a redução deste nível de desigualdade é um dos fatores que vincula a riqueza à pobreza. (MEDEIROS, 2005, p. 33). No ponto de vista de Ianni,

a história da sociedade brasileira está permeada por situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes. Durante um século de repúblicas, compreendendo a oligarquia, populista, militar e nova, essa questão se apresenta como elo básico da problemática nacional, dos impasses dos regimes políticos ou dilemas dos governantes. Reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IANNI, 1991, pp. 2-3)

Na visão de Marcelo Medeiros, são as desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira, principalmente no que concerne à distribuição de renda e sua segmentação. Para ele, o estudo parte da noção de que as desigualdades sociais no Brasil são excessivas e desnecessárias e que sua redução seria benéfica para a massa da população em piores condições de vida. (MEDEIROS, 2005, p. 17).

Tendo em vista que o modelo brasileiro é elitista, as consequências desse elitismo são de ordem catastrófica, vez que o menos aquinhoados tende a permanecer nessa condição, ou seja, os filhos dos pobres não terão as mesmas oportunidades dos que seus compatriotas ricos, vez que, aqueles terão: escolas precárias; saúde precária; impossibilidade de acesso aos bens de consumo e, por final, discriminação das mesmas elites que os mantém nas condições de subdesenvolvimento.

Medeiros examina esta segmentação demonstrando que alguns dos fatores fazem com que certas famílias sejam ricas e outras não e que a partição na sociedade entre ricos e não-ricos é tratada como um sinal da existência de uma estrutura que produz e mantém desigualdades ao longo do tempo. (MEDEIROS, 2005, pp. 15-16).

Em uma sociedade onde o poder se concentra na riqueza esse paradoxo é necessário para que essa sociedade funcione e que a saturação de alguns privilegiado acabe sendo mantida por essa desigualdade existente dentro do

contexto social. O modelo adotado pelo Estado concretiza a impermeabilidade das membranas que separam as classes sociais fazendo com que seja possível – paradoxalmente – incluir e excluir: incluir no envoltório do manto das obrigações e sob a áurea da pseudo imagem do ser; excluir como se não excluísse, e demonstrando – enganosamente - que o sistema dá possibilidades a todos dentro da ideia de que só não ascendem socialmente aqueles que não desejam fazê-lo.

Essa forma de estrutura dissipativa implica na existência de condições que se mantem afastadas do equilíbrio social, havendo uma distância da ética social, mas estreitamente vinculada ao progresso flutuante da sociedade, ou seja a idéia de progresso que foge a modernidade, onde apenas a técnica é valorizada em detrimento do bem-estar humano.

Na sociedade que permite a formação e a manutenção das desigualdades sociais, o progresso é relativo ao aspecto tecnológico que passa a ser alcançável somente a classe mais abastada. Dessa forma, entende-se que estudar as origens da riqueza no Brasil é um meio para se compreender não só o que está na fonte das diferenças de situação econômica, mas também, na raiz de muitas outras desigualdades sociais. (MEDEIROS, 2005, p. 16).

Assim, essa análise permite o entendimento de como os ricos em sua estrutura social conseguem auferir para si maiores rendimentos. Argumenta Medeiros que,

a redução desta desigualdade afeta os interesses dos estratos de rendimentos mais altos do País, a análise das características da população mais rica e de sua riqueza é primordial para dimensionar as possibilidades e limitações de políticas redistributivas. Por isso, segundo ele, na ótica do conflito distributivo, estudar os ricos é um caminho para se entender e combater a desigualdade e a pobreza no Brasil. (MEDEIROS, 2005, p. 53).

Em resumo, o autor pretende expor a relevância da redução da desigualdade para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Nessa abordagem percebe-se que os ricos acabam formando uma elite de poder, que não exerce apenas influência secundária sobre a população, mas exerce também, uma influência política, empresarial e de profunda formação na estrutura e conjuntura social.

Quando essa elite determina a valoração da remuneração de um trabalhador assalariado, está influenciando nas políticas redistributivas brasileiras (MEDEIROS, 2005).

A pobreza acaba sendo um dos maiores problemas brasileiros surgidos das desigualdades de renda, onde alguns concentram muito e muitos concentram pouco poder econômico.

Destarte, examina-se que a concentração de renda acaba sendo a mola propulsora das desigualdades do Brasil. Essa constatação perpassa toda análise de Medeiros (2005) ao investigar que os maiores detentores da riqueza brasileira e formam uma elite que, detém o poder econômico, o poder político, sendo, portanto, capaz de manter as desigualdades sociais em seu benefício.

Essas desigualdades sociais acabam conduzindo parte da população brasileira a viver em situação de pobreza. A abordagem leva a analisar a origem e os problemas advindos com a concentração de renda. Medeiros relata que o Brasil é marcado por fortes desigualdades e de que existe uma grande massa homogênea da população de baixa renda e uma pequena elite rica. (MEDEIROS, 2005, p. 52).

E, questiona se o caminho mais viável não seria o do crescimento econômico com distribuição de renda, pois o mesmo permite uma estratégia onde ninguém perde e ao mesmo tempo alguns ganham. Vê-se que o Brasil é um dos países com a maior concentração de renda do mundo, o que só faz aumentar a desigualdade e a pobreza. Estudar os ricos, então, é uma forma de entender o conflito distributivo, bem como entender e combater a desigualdade e a pobreza em nosso país. (MEDEIROS, 2005, p. 53).

Essencial, se faz estabelece um pensamento para a construção de linhas de riqueza e pobreza, estabelecendo relações sobre a quantidade geral de recursos existentes na sociedade e as informações sobre a distribuição desses recursos na sociedade.

As fronteiras existentes entre ricos e não ricos – pobres – devem ser percorridas com base em regras que não dependam da riqueza em termos absolutos, ou seja, a riqueza não deve ser a mola propulsora do paradoxo social, onde uns se mantêm no poder subordinando outros a si. Assim, as políticas públicas devem buscar uma forma de redistribuição de riquezas em nosso país.

Aduz Medeiros (2005) que a distribuição de renda no Brasil é bastante peculiar. Nesse país encontram-se recursos abundantes, e uma sociedade

extremamente segmentada, na qual, a disseminação da desigualdade implica na resolução do conflito distributivo, não através da redução da quantidade de indivíduos - controle das taxas de natalidade permanente - ou aumento da quantidade agregada de recursos (crescimento econômico), mas sim pelo caminho de mudanças na distribuição de renda por meio de políticas redistributivas. Todavia, implantar estas políticas implica em conflitos de interesses, uma vez que a riqueza no Brasil está associada ao poder político.

Há, na verdade, um conflito distributivo de renda, onde as políticas de redistribuição não são criadas, fazendo surgir sérios problemas dentro do contexto social brasileiro, levando a estratificação de uma grande massa da população.

Para Medeiros (2005), a prova desse fato deve-se em razão da ocupação de cargos políticos pertencentes a uma elite econômica. Portanto, os ricos são um dos grupos com maior capacidade de influenciar os rumos do desenvolvimento nacional. Essa observação aponta uma das características determinantes da riqueza que permite, portanto, compreender o controle da sociedade brasileira, e, em que medida os interesses da elite que detêm esta riqueza vão de encontro às necessidades da massa popular..

Afirma Krischke (2003) que a complementação entre a representação política e a participação social colabora para a consolidação do regime democrático, sob a lógica da ação coletiva. Por outro lado, enfatiza que as diversas abordagens entre a interação social e o político, destaca também, a emergência de problemas e conflitos sociais e institucionais.

Ao trabalhar sobre a arena política Sandra Jovchelovitch, coloca que se torna importante estender uma crítica a forma que as lacunas públicas são tratadas no Brasil que aparecem expressas de forma privada, onde o que é público torna-se privado e o que é privado se torna público. Este fenômeno acaba sendo uma das características advindas da miserabilidade social e simbólica de nossa sociedade, que incapaz de pensar em si mesma, no domínio público, preocupada com a vida privada dos políticos. (JOVCHELOVITCH, 2000). A mesma autora (JOVCHELOVITCH, 2000) demonstra que há uma lacuna entre o que é dito e o que é feito, e, portanto, uma distância entre as políticas que regulam a vida quotidiana e a experiência do quotidiano, gerando uma impossibilidade de se acreditar em um projeto social comum, o que gera um desencanto com a esfera pública.

Indispensável se faz questionar como se estruturam os reais mecanismos de poder formados pela riqueza, bem como seus reais interesses e como estes interesses permitem a perpetuação da concentração deste poder e da formação da riqueza. (MEDEIROS, 2005, p. 252)

Urge se pensar uma forma eficiente de evitar a pobreza dentro do seio social. A maneira mais simplificada de se evitara pobreza é verificar que a riqueza deve ser estabelecida a partir de uma regra de distribuição de recursos voltada para a erradicação desta pobreza, fundamentando-se esta regra como uma regra de distribuição que permita transferir recursos dos mais ricos aos mais pobres até o momento em que a pobreza seja completamente erradicada. Esta forma de erradicação da pobreza não permite um combate à pobreza de forma eficiente. (MEDEIROS, 2005, p. 254).

Dentro do contexto brasileiro acaba por parecer utópico a viabilidade da distribuição de riquezas entre ricos e não-ricos (pobres), mas consistiria num fator de extrema relevância para sanar os problemas advindos em nossa sociedade brasileira e moderna.

Importante, se faz definir uma linha estratégica para verificar o problema da riqueza acumulada, a qual seria de fundamental importância para a eliminação da pobreza extrema e para a redução da desigualdade de renda em nosso país.

Essa constatação evidencia que para compreendermos as estruturas sociais e os conflitos daí decorrente, tem-se que examinar criticamente os rendimentos do trabalho que são centrais tanto para os ricos como para os não-ricos.

A renda do trabalho consiste em 75% da renda total recebida pela população classificada como rica, e 79% do recebido pelos não-ricos, o que o leva a concluir que as outras formas de remuneração são pouco importantes na sociedade brasileira (MEDEIROS, 2005, p.132). Com exceção das aposentadorias e pensões responsáveis por 18% dos rendimentos totais, porém estes rendimentos também são mal distribuídos, pois 30% destes são recebidos pelas famílias de apenas 1% da população (MEDEIROS, 2005, p.136).

Com a comprovação da importância do trabalho na composição das fontes de rendimentos dos ricos e não-ricos, fica latente que os resultados oriundos dessa atividade não são distribuídos equitativamente entre os trabalhadores.

Portanto, os trabalhadores ricos se apropriam de uma enorme parte da renda oriunda do trabalho. No ponto de vista de Medeiros, a maior parte das diferenças entre ricos e não-ricos se localiza na forma desigual como os trabalhadores de cada grupo são remunerados (2005, p. 193).

Seria, portanto, as diferenças de remuneração uma das explicações para a distinção dos grupos e para a manutenção de classes diferenciadas no país. Esta investigação acaba sendo uma das formas de explicar por que a concentração dos rendimentos do trabalho está nas mãos dos ricos, e, porque estes ganham mais por horas trabalhadas.

A grande fenda entre os que são ricos e os que não o são esta na apropriação do resultado do trabalho, ou seja, a forma com que os rendimentos do trabalho assumem papéis para os trabalhadores, ricos e não-ricos.

Caberiam indagações acerca da situação; se os rendimentos dos trabalhadores abastados não seriam oriundos de *pro labore* por estarem diretamente ligados aos donos do capital e representarem seus interesses, em detrimento daqueles que negociam e vendem sua força de trabalho e acabam recebendo um salário em troca da venda da sua força de trabalho.

Posteriormente, percebe-se que este não seria o único fator dessa má distribuição de renda, sendo que existem outros fatores que coadunam com o problema.

A educação é um deles, a qual assume destaque dentre os possíveis fatores que podem solver o problema porque a mesma é apresentada historicamente como um elemento para reverter o quadro de desigualdade da realidade brasileira. Complementa FERREIRA que,

A educação média dos trabalhadores que correspondem aos 10% de menor remuneração situa-se abaixo dos 3,3 anos de estudo. Entre os trabalhadores na metade da distribuição a média educacional é de 6,3 anos de estudo. Nos 10% mais bem remunerados (isto é, do centésimo 90 em diante), os trabalhadores têm educação superior a 10,8 anos de estudo (FERREIRA, 2000, p. 213).

A partir da inferência desse fator, estima-se que a educação seja um determinante importante do nível de remuneração dos trabalhadores e responde por

muitas das desigualdades entre eles, porém o fator educacional não é o único que influencia os rendimentos dos trabalhadores.

Uma última ressalva se faz a respeito do papel da educação para transformar a sociedade. Medeiros apresenta o papel relativo da educação na transformação da desigualdade econômica e apresenta como forma de superação desse quadro, a transferência de renda dos mais ricos aos mais pobres. Ainda que num plano hipotético, a transferência de renda como forma de erradicação da pobreza impõe uma luta não só pela política redistributiva, mas também lutas sociais e política, daí a educação ter um papel relevante na constituição de uma autodeterminação para os não-ricos vencerem a condição de elite dos ricos.

Quanto aos demais indicadores que poderiam explicar as desigualdades de rendimentos são descartados pelo autor. Para Medeiros:

Existe algo por trás da situação da riqueza que não se resume a experiência, educação, raça etc. (MEDEIROS, 2005, p. 225). O que provavelmente caracteriza os ricos é a constituição de uma elite detentora de capital cultural, redes de relacionamento pessoal, propriedade da empresa etc. que se apropria do poder político, econômico e social, reproduzindo historicamente uma situação de desigualdade com a conveniência do Estado ao adotar modelos de desenvolvimento econômico que só fizeram persistir as desigualdades e a reprodução de pequenos nichos de riqueza concentrados nas regiões Sudeste e Sul do país. (MEDEIROS, 2005, p. 263)

Em continuação o mesmo autor afirma que:

A renda é tão concentrada que o centésimo mais rico da população possui uma renda superior à soma de todos os rendimentos da metade mais pobre desta população e pelos menos um quarto de toda a desigualdade de renda é determinada por apenas três por cento da população mais rica. (MEDEIROS, 2005, p. 249).

Um outro limitador para depreender a desigualdade de renda as mudanças econômicas e políticas que têm sido acompanhadas de uma crise de estruturas e orientações sociais que acentuam as diferenças e conflitos étnicos, sócio-culturais, geracionais preexistentes e do cotidiano familiar, o que faz com que as políticas de internacionalização do nosso continente tenham efeitos “perversos”. (KRISCHKE, 2003, p. 165).

Conclui o mesmo autor aduzindo que convém reconhecer que as mudanças estratégicas, identitárias e cívico-culturais dos atores sociais na América Latina têm

estimulado os estudos da área ao reconhecimento, sempre mais consensual, da inter-relação dessas diferentes dimensões da prática social com a construção e consolidação dos novos regimes e culturas. (KRISCHKE, 2003, p. 185).

A diante a partir do problema constatado busca-se uma possibilidade para solucionar o problema advindo da falta de redistribuição de renda em nosso país.

2 A POSSIBILIDADE DE SOLUÇÃO

São de fundamental importância às políticas sociais como forma de erradicação das diferenças existentes entre as estratificações de classes sociais e da distribuição de renda em nosso país.

Para a autora Alejandra Pastorini (2006), é importante analisar a *perspectiva tradicional* sobre políticas sociais, pois nela encontram-se filiados autores que as entendem como mecanismos de redistribuição da renda social. Justifica que estes instrumentos estatais são considerados como “concessões” feitas com o fim de restabelecer certo equilíbrio social mínimo.

Transcendem a mera análise das políticas sociais como instrumentos neutros de redistribuição da renda e de reequilíbrio social, colocando-as no seu justo termo: como espaço de lutas sociais e de classes e como uma unidade político, econômico e social.

A autora (PASTORINI, 1996) entende as políticas sociais como um conjunto sistemático de ações do Estado que têm uma finalidade redistributiva, ou seja, as políticas sociais têm por objetivo a redução das desigualdades sociais.

Essas desigualdades sociais foram ocasionadas pela acumulação capitalista, que ocorre em virtude de um conjunto de ações do Estado, denominadas de “concessões”, dentro dessa perspectiva tradicional, como sendo mecanismos tendentes a redistribuir os “escassos recursos sociais” com o intuito de melhorar o bem-estar da população em seu conjunto, especialmente daqueles prejudicados pelo mercado. Entende-se dessa maneira que a alternativa apontada para sanar o problema seria proporcionar uma melhor distribuição de renda ou uma distribuição “menos desigual” dos recursos sociais. (PASTORINI, 1996, p. 82).

Esta perspectiva tradicional acaba fazendo com que as políticas sociais funcionem como *homeostato*, pois acaba sendo necessário que estas sejam tão

desiguais quanto o mercado (mas em sentido contrário). Ou seja, se o mercado privilegia uns e desfavorece a outros, as políticas sociais redistributivas devem favorecer aqueles outros, sem privilegiar os demais. (PASTORINI, 1996)

As políticas sociais poderiam ser uma das tentativas de se viabilizar a redistribuição de renda em nossa sociedade. Segundo Pastorini, esquece-se que as políticas sociais são um produto concreto do capitalismo, de suas contradições, da acumulação crescente do capital e, portanto, um produto histórico, e não fruto de um desenvolvimento natural (PASTORINI, 1996, p.85).

Continua ela, para alguns autores há uma imagem do Estado como representante do “bem comum”, como um instrumento que atende igualmente os diversos interesses da sociedade no seu conjunto, como uma instância “des-economizada” que, considerada a partir de uma perspectiva eminentemente administrativa, procura elevar os níveis de vida de todos os habitantes, maximizando a igualdade e o bem-estar da população. Tudo isto num ilusório contexto de ausência, ou minimização, de conflitos sociopolíticos. (PASTORINI, 1996, p. 85).

A visão marxista da autora acaba introduzindo uma nova visão para a possível transposição das desigualdades de rendas entre ricos e não ricos em nosso país.

Propõe Pastorini a incorporação da perspectiva da luta de classes, a qual indica uma relação entre sujeitos protagonistas, à perspectiva da totalidade, fato que segundo ela implica pensar as políticas sociais a partir de uma ótica tanto política, quanto social e econômica (PASTORINI, 1996, p. 100).

Ela sintetiza o processo da seguinte maneira: demanda – luta - negociação – outorgamento. Por fim, refere à autora que demonstrou que para analisar todas e cada uma das políticas sociais deve-se levar em conta o processo de demanda, luta, negociação e outorgamento, seja ele implícito ou explícito, já que de todas as formas esses elementos estão presentes no processo de elaboração, definição e implementação das políticas sociais e, portanto, cada um desses momentos deve estar presente nos estudos a elas referidas (PASTORINI, 1996, p. 100).

Assim, as políticas de redistribuição de riquezas podem ser um dos pontos para a tentativa de minimização das desigualdades sociais existentes dentro de nosso contexto nacional, mas desde que feitas conforme a sua verdadeira função.

CONCLUSÃO

No Brasil, as desigualdades acabam caracterizando a sociedade brasileira, principalmente no que concerne à distribuição de renda.

O estudo proposto parte da noção de que as desigualdades sociais em nosso país são excessivas e desnecessárias e que sua redução seria benéfica para a massa da população em piores condições de vida.

A atual sociedade acaba sendo desenhada sobre os pressupostos da exclusão social, de tal forma que os excluídos são cada vez mais excluídos e os incluídos cada vez mais incluídos e, todos consentem na forma de dominação que algumas categorias exercem sobre outras.

A construção da linha de riqueza fundamentando-a na ideia de que a pobreza extrema é inaceitável e, portanto, deve ser erradicada. Delimita-se essa linha a partir da “riqueza acumulada necessária para a eliminação da pobreza extrema utilizando-se apenas a redução da desigualdade de renda” (MEDEIROS, 2005, p. 24).

O que se encontra em crise é a forma de Estado onde está exercido um monopólio político e econômico subestimando os protagonismos de alguns atores sociais.

A superação da ordem atual, entretanto, se deve a construção de uma nova conjuntura social que consiga vencer certos desafios da contemporaneidade, mas necessita-se de vontade, ação e iniciativa política capazes de impulsionar à erradicação da pobreza, a marginalização, a vulnerabilidade social, além de buscar uma lógica do capital. Mas, importante frisar que, nessa dificuldade de buscar o novo deve-se passar por uma reflexão crítica sobre os processos evolucionistas sociais que marcaram nosso contexto histórico.

Não se trata de abordar somente os conceitos que nos fizeram chegar a essa crise de paradigmas, mas é importante revê-los e modifica-los para que se possa deixar as gerações vindouras menos desigualdade social.

Assim, as políticas públicas podem ser uma das formas de redistribuição de riquezas podendo ser um ponto positivo para a tentativa de minimização das desigualdades sociais existentes dentro de nosso contexto nacional.

Por fim, verifica-se que a redução da desigualdade para a melhoria das condições de vida da população brasileira poderá acontecer através da

redistribuição de riquezas feitas por políticas públicas, mas na atual matriz do sistema capitalista isso acaba por ser uma quimera.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, F. *Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: a luta de classes ou heterogeneidade educacional?* In: HENRIQUES, R. (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 131-158.

IANNI, Octavio. *A questão social*. São Paulo em perspectiva. 5(1): 2-10, janeiro/março 1991.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

KRISCHKE, Paulo. *Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MEDEIROS, Marcelo. *O que faz os Ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hictec: Anpocs, 2005.

OFFE, Claus. *Trabalho, a categoria sociológica chave? In: Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 2º edição, 1994.

PASTORINI, Alejandra. *Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista*. Serviço social e sociedade. Ano XVIII, nº 53. São Paulo: 1996.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.